

Geografia Aplicada e Pragmatismo

John W. Frazier

Uma tendência emergente na geografia dos anos setenta tem sido a da aplicação do conhecimento geográfico. Esta tendência é evidenciada de diversas maneiras, incluindo grande envolvimento de geógrafos não acadêmicos na disciplina, esforços de grupos profissionais para oferecer uma nova posição à geografia aplicada, e um crescente aumento de oportunidades para pesquisa de caráter aplicado na ciência. Enquanto a geografia aplicada tem uma longa história, esta nova tendência difere da tradição anterior quanto ao rigor metodológico, aos benefícios originados da nova tecnologia e ao impacto provocado sobre o currículo de geografia (Frazier, 1977). A geografia aplicada contemporânea apresenta questões implícitas de lógica positivista, as quais vêm dominando a pesquisa geográfica há aproxima-

damente uma década. É propósito deste artigo sugerir um esquema de posicionamento filosófico, a partir do qual a atual geografia aplicada possa desenvolver-se.

POSITIVISMO E SEUS TRANSFORMADORES

Textos acadêmicos sobre as variações do positivismo (Bunge, 1966; Harvey, 1969; Amedeo e Gollidge, 1975) marcaram o início de um aumento da avaliação formal da filosofia pelos geógrafos. A ênfase deles está no modelo hipotético-dedutivo e no método científico utilizados para elaborar a explanação. A utilização da abordagem dedutiva-preditiva resulta no estabelecimento de leis e afirmações. Mostra-se empiricamente como tais leis explicam os eventos. Usando uma expressão de síntese, afirma-se que a lei terá sempre

Tradução de Odeibler Santo Guidugli, do original — Applied Geography and Pragmatism, de John W. Frazier. Publicado originalmente em: *The Geographical Survey*, vol. VII, n.º 3, 1978 (3:10). Agradecemos ao professor T. L. Martinson, editor da revista, e ao autor pela autorização para publicar a tradução em língua portuguesa.

aplicação universal; esta explicação é sinônimo de predição, e a abordagem científica é então vista como a única maneira para a compreensão da natureza. Em geografia, o raciocínio científico, através da abordagem dedutiva e da construção da teoria espacial, tornou-se a meta principal. O resultado tem sido sem precedente no que se refere à metodologia, principalmente quanto à aplicação de métodos matemáticos e estatísticos, bem como do teste de hipóteses.

Foi somente a partir de 1969 que mudanças explícitas na abordagem positivista começaram a aparecer na literatura geográfica. As alternativas propostas incluíram idealismo, fenomenologia, existencialismo e marxismo (Peet, 1969; Relph, 1970; Tuan, 1971; Francaviglia, 1972; Harvey, 1972 e 1973; Buttimer, 1974 e 1976; Tuan, 1976; Entrikin, 1976). Embora diferenciadas em suas concepções da realidade, essas alternativas formais participaram da elaboração da rejeição da noção de positivismo como o elemento de unidade da ciência: aquele segundo o qual a linguagem, o método e as leis da ciência social são iguais aos da ciência física.

Em acréscimo, algumas propostas menos explícitas foram também consideradas na literatura geográfica. Há mesmo uma tendência aparente no sentido de questionar o valor da abordagem positivista para uma geografia elaborada em bases práticas e humanas. Estas mudanças têm sido mostradas, de maneira implícita e explícita, em termos de viabilidade acadêmica da disciplina, seu valor para a mundo real e naquilo que se refere ao bem-estar do homem.

Na prática, a contribuição afetou a relevância de ambos; da pesquisa geográfica e do treinamento de geógrafos, abandonando as orientações surgidas nos anos

sessenta, que englobavam elevadas metas de pesquisa com caráter teórico e exótico, bem como a ênfase no treinamento do professor. Esta última orientação foi identificada por Beard como sendo a síndrome do "ensinar as pessoas para ensinar pessoas — para ensinar pessoas" (Beard, 1976, 127), sendo indicadas as ramificações dessa incômoda tradição e os problemas associados à submissão do professor e de associações de geografia acadêmica, bem como das publicações. Sugeriu, por razões práticas, a necessidade de oferecer oportunidades de publicações e de mecanismos de reciclagem para os geógrafos não acadêmicos. Observando a pertinência da contribuição, foi questionada a adequação do currículo de geografia (White, 1927). Heiges, por exemplo, identificou uma das mudanças modificadoras da educação para:

"...incluir alguma experiência prática como parte do programa do estudante... não para ser confundido com educação vocacional, mas... treinamento para o trabalho em acréscimo, mas não em lugar de seu treinamento acadêmico" (Heiges, 1976).

Esta abordagem possibilita a compreensão das teorias geográficas, dos conceitos e métodos através da aplicação. Assim, a partir desta perspectiva, o ensino geográfico deve mudar para permitir que a disciplina vá ao encontro das mudanças solicitadas pelo mercado. A necessidade de ação prática é evidente nesta argumentação e na de Beard.

A importância da pesquisa geográfica baseada na estrutura positivista tem sido também questionada, especialmente devido à quantidade de ocorrências sociais que precisam ser avaliadas. O pensamento geral tem sido o de que,

com o aumento do número de questões relevantes, na verdade crises típicas, torna-se necessário o conhecimento geográfico. Mudanças nas questões de pesquisa dos geógrafos têm variado desde inúmeras coisas sem importância até aquelas referentes às necessidades futuras. Morrill, por exemplo, tem sido um permanente defensor da mudança de orientação da geografia e da sociedade.

“A solução é obter mudanças que preservem as formas definidas da sociedade existente, mas que, de fato, transformem radicalmente o essencial...” (Morrill, 1969, 7).

O que separa a argumentação de Morrill da abordagem marxista é que, enquanto ele vê a injustiça em termos de “conflito territorial”, também percebe soluções práticas para os problemas atuais. [Os marxistas não] (Morrill, 1977, 8).

Através de uma perspectiva mais radical, Hurst sugeriu “repensar a geografia”:

“Em sentido mais amplo, os geógrafos deveriam preocupar-se com o bem-estar material, com as condições humanas, com a igualdade na distribuição de recursos, com a responsabilidade das várias formas de desenvolvimento e com a harmonia do homem em face do seu meio ambiente total. Estes tipos de referências fornecem uma fundamentação com a qual a análise dos problemas geográficos contemporâneos deve ser elaborada; atualmente não o são, uma vez obscurecidos pelos atributos do positivismo, particularmente o valor de neutralidade... Ao repensar a geografia, o que precisamos fazer é... contribuir para a tarefa da revolução social e econômica, não impedi-la” (Hurst, 1973, 55-56).

Outros geógrafos também expressaram o desejo de solucionar os problemas através da aplicação de conceitos geográficos, de teorias e técnicas. Por exemplo, Zelinsky delimitou não somente os problemas do “crescimento da síndrome” e a necessidade de transição como também o papel do geógrafo como “diagnosticador”, “profeta”, e “arquiteto da utopia” (Zelinsky, 1970). Assim fazendo, identificou, então, o alcance e ordenação das possibilidades filosóficas:

“Primeiro, começar novamente a concentrar-se em questões de natureza teórica, na suposição de que uma formulação correta do modelo, da hipótese e da teoria, por seus próprios objetivos, estará no futuro revelando, de alguma maneira, algumas aplicações úteis. Em resumo, um trabalho dedutivo desde a mais elevada abstração até a direção prática. Segundo, ser capaz de definir os objetivos teóricos, observando os problemas reais e os fenômenos, visando a obter o valor das descobertas teóricas, ao mesmo tempo em que se pesquisa sua solução — um processo cibernético de oscilação regular entre o teórico e o prático e honestamente servindo aos dois senhores. Terceiro, ao ouvir o sinal de alerta, abandonar trabalhos futuros sobre a teoria e concentrar todo o conhecimento e teoria avaliável para ajudar a sociedade; em outras palavras, tornar-se um completo pragmatista. Definidas, assim, opções tão grosseiras, uma decisão lógica decorrerá naturalmente” (Zelinsky, 1970, 517).

Outros, ainda, com afirmações não filosóficas, sugeriram a necessidade de voltar-se para as questões aplicadas, desenvolvendo modelos aplicados, bem como o desejo

de orientar tópicos relevantes (Mayer, 1966, King, 1970; Albaum, 1975). Chisholm considerou isso como uma característica emergente da disciplina que "está oscilando de um estágio de busca de explanação do fenômeno à posição atual de fazer alguma coisa sobre o tema em moda" (Chisholm, 1975, 181).

A referência anterior mostra a ignorância dos aspectos prático e humanista como parte importante da nova geografia aplicada. Como indicado anteriormente, o rigor do método deve estar presente, e o desenvolvimento da teoria é também desejável. Isto, contudo, não sugere o propósito de teoria pela teoria. Ao contrário, promove o teste e o desenvolvimento da teoria com o objetivo de compreensão e de resolução de problemas. Esta fundamentação não apóia os elementos "radicais" do marxismo, incluindo a rejeição da influência operante dentro do sistema para resolver problemas. Além disso, para resolver problemas com o propósito de orientação prática, a contribuição humanista, de maneira analítica, sugere a utilização de métodos particulares. A posição aplicada também rejeita os elementos específicos de convicção positivista, ao mesmo tempo em que apóia o método científico. Este posicionamento está muito próximo do pragmatismo.

Geografia Pragmática e a Filosofia do Pragmatismo

A filosofia envolve a busca de sentido, o qual é uma etapa essencial em qualquer investigação. Além do auxílio para a classificação do sentido da investigação, a avaliação filosófica auxilia imparcialmente através da ampliação, da avaliação, enriquecendo nossa capacidade epistemológica. A introdução de alternativas filosóficas na geografia, incluindo a

fenomenologia, o existencialismo, o idealismo e o marxismo, produziu importante reflexão sobre o valor e o propósito da pesquisa geográfica. Nenhuma das filosofias mencionadas anteriormente parece, entretanto, suficientemente flexível para oferecer uma fundamentação a partir da qual as relacionadas com o trabalho aplicado possam desenvolver-se. Já o pragmatismo parece oferecê-lo como base.

Muitas variações existem entre os representantes da orientação pragmatista; contudo, um conjunto de pontos principais parece existir. Esses pontos são oferecidos aqui como um limite para a aplicabilidade do pragmatismo à geografia aplicada.

O pragmatismo é uma filosofia ocidental básica do século XX, que se tornou particularmente importante nos Estados Unidos sob a liderança de James e Dewey. Os trabalhos de Dewey refletem o objetivo prático dessa filosofia. Ele via a filosofia e o objetivo do conhecimento como importantes para o conjunto dos problemas que, a cada dia, poderiam ser resolvidos através da sua aplicação (Dewey, 1910; 1920). A lógica também foi vista como um método de solução de problemas e o método científico como o modo de investigação. O pragmatismo de Dewey apoiou o modo humanístico de pensar e operar, cujo objetivo era a satisfação das necessidades da sociedade ("bem-estar humano") (Hocking, 1959).

O pragmatismo é denominado de "ponto de vista prático" mesmo pelos seus críticos (Rucker, 1969). Este ponto de vista, sob o título "pragmatismo aplicado", foi adotado durante o primeiro quartel deste século por algumas ciências sociais como a sociologia, economia e ciência política. É interessante notar que o pragmatismo

aplicado rejeita a posição de “livre valor” da pesquisa, com a qual os geógrafos agora se equipam. Rucker (1963, 1930) identificou uma bem conhecida rejeição dos psicólogos sociais:

“... é impossível estudar aqueles processos coletivos sem percepção dos valores existentes. É impossível, por exemplo, estudar a organização social sem perceber os desajustamentos sociais ou as possíveis economias não realizadas. É impossível estudar mudanças sociais sem ver as vantagens e as desvantagens dos ajustamentos. É impossível, também, estudar vários tipos de organização social sem indicar a superioridade e a inferioridade dos vários tipos, ou formular uma teoria do progresso social sem implicações de obrigação social.”

Isto, de certa maneira, não é semelhante à argumentação recentemente oferecida por Harvey (1974).

Os pragmatistas aplicados também argumentam que os cientistas sociais deveriam propor conclusões a partir de frágeis idéias prévias, com observação das atividades humanas, e que deveriam se interessar pela condição humana. A realização e o apoio da mudança estão claros na perspectiva pragmática. O mundo está aberto à mudança e devemos continuar a testar noções prévias ou teorias em face da realidade em mudança. Este conjunto de pensamentos da visão pragmatista separa o princípio de verificação positivista e a visão marxista, segundo a qual a realidade contemporânea produz a condição humana e que a aplicação do *status quo* do conhecimento não pode garantir uma solução prática. A resposta do pragmatista ao positivista é “como poderemos determinar se uma afirmação lógica implica uma outra

afirmação?” O pragmatista também rejeita a noção positivista de que uma afirmação isolada possa ser considerada logicamente verdadeira ou falsa. Em sua perspectiva, uma afirmação é verdadeira somente se avaliada dentro de um sistema de valores, não em caráter isolado. Da mesma maneira que o marxista, o pragmatista trabalhará dentro da estrutura atual e estará disposto a modificar aquela estrutura na direção dos problemas práticos. Contudo, evidentemente, o pragmatista utiliza a consistência e o sucesso anterior da atual estrutura, trabalhando a partir dela. Isto tem sido visto pelos marxistas como “tomando as coisas como elas são, sem compreender as forças contraditórias que atuam menos visivelmente numa perspectiva histórica” (Novack, 1975, 281). As afirmações que se seguem identificam os atributos da posição pragmatista, tornando-a diferente e útil para a ciência aplicada:

1 — a realidade atual é mistura de conhecimento e erro;

2 — baseados em nosso frágil sistema existente, devemos continuar a desenvolver nosso raciocínio, fundamentados em considerações sistemáticas, experimentação e reavaliação;

3 — o método científico e o modelo hipotético-dedutivo são as melhores formas de investigação encontradas até o presente momento, e que deveriam ser seguidas;

4 — a lógica deve ser utilizada como um método para resolver problemas;

5 — o conhecimento deveria ter um objetivo prático e ser utilizado para a promoção do bem-estar humano (Aune, 1970).

Adaptando-se esses princípios à pesquisa geográfica, não teremos uma panacéia. Eles podem oferecer uma direção para a abordagem

aplicada à geografia. Alguém poderá questionar se esta abordagem não é reacionária e idêntica à geografia dos anos trinta e quarenta. Certamente, traços de pragmatismo existiram nas pesquisas geográficas do passado. Em 1948 Platt escreveu:

“Qualquer convicção que temos no saber ou no viver parece marcar o determinismo como uma confirmação pseudocientífica de crença vulgar na inevitabilidade da guerra, da depressão ou de algum acontecimento prospectivo. Se evitamos uma abordagem determinística e desenvolvemos nossos melhores esforços para acompanhar e utilizar o conhecimento, podemos diretamente imprimir nossa orientação comum, de acordo com a nossa vontade e usar a tendência dos eventos (causa tomada como uma verdadeira filosofia, e não num sentido pseudocientífico) em direção a um maior bem-estar humano” (Platt, 1948, 132).

Platt utilizou citações de Willian James para rejeitar “leis” determinísticas e sua sugestão era de que o conhecimento tem um propósito prático claramente marcado de pragmatismo. Contudo, seu propósito principal foi o de denunciar claramente o determinismo e não o de promover formalmente a filosofia pragmática como uma alternativa. Além disto, a geografia e a ciência social, em geral, dos anos pré-cinquenta não foram orientadas teoricamente. Uma geografia contemporânea, prática e aplicada, terá, certamente, alguma parcela dos objetivos das anteriores abordagens “aplicadas”, mas também será substancialmente diferente da natureza geralmente indutiva daquelas, testando a situação dos conceitos geográficos, dos modelos e das teorias. Certamente, as teorias geográficas, quer social ou econômica, como a migração e mercado, não serão bem desenvol-

vidas ou rígidas, mas mais “livres” e “maleáveis”. Neste sentido, “uma teoria não necessita, antes de tudo, ser determinística ou matemática ou mesmo precisa; necessita simplesmente ser mais reveladora e útil do que apenas fatos discrepantes” (Chappell 1976, 170).

Um dos propósitos de uma geografia prática e aplicada será o de utilizar tais teorias com objetivos práticos e, nos processos, estas teorias serão constantemente testadas e modificadas. Os resultados serão não apenas conhecimento útil mas também uma teoria mais correta. Isto, evidentemente, fica em oposição à fundamentação da “teoria versus prática”, de Hurst, bem como a uma abordagem estéril do positivismo lógico. O que o pragmatismo propõe à disciplina é o mesmo que oferece à filosofia:

“...pragmatismo oscila entre os extremos que foram apresentados ... entre os movimentos abruptos e especulativos originados de Whitehead, Bergson e Croce, e o detalhe de pensamento de Moore e Wittgenstein, entre o espírito de avanço do período metafísico e os comportamentos imparciais dos lógicos. Willian James deu uma feição clássica à visão do pragmatismo como uma filosofia intermediária, quando ele fala da reconciliação de seus dois famosos extremos, a disposição para a fragilidade bem como para a rigidez” (White, 1955, 135-136).

A geografia, diferentemente das outras ciências, tem abordado a questão do principal dilema filosófico representado pelos extremos do positivismo e do marxismo. Vários anos atrás Taaffe apresentou a situação como:

“... o incesto intelectual de construção da teoria da discipli-

na contra a importância momentânea, a torre de marfim ou a barricada, o paradigma científico, ou contra aquilo que se relacione com valores superficiais, cuja significação vem sendo examinadas pelos cientistas" (Taaffe, 1974, 11).

Tendo em vista a flexibilidade da posição pragmatista e a recente "tendência aplicada" em geografia, Taaffe sugeriu que uma filosofia aplicada e pragmatista forneceria uma base útil a partir da qual muitos geógrafos de ação prática e científica poderiam operar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBAUM, M. *Geography and Contemporary Issues: Studies of Relevant Problems* (New York: Wiley, 1975).
- AMEDEO, D. e R. G. Golledge. *An Introduction to Scientific Reasoning in Geography* (New York: Wiley, 1975).
- AUNE, B. *Rationalism, Empiricism, and Pragmatism: An Introduction* (New York: Random House, 1970).
- BEARD, D. P. "Professional Problems of Nonacademic Geographers," *The Professional Geographer*, Vol. 28 (1976), 127-131.
- BUNGE, W. *Theoretical Geography* (Lund: Gleetup, 1966).
- BUTTIMER, A. *Values in Geography* (Washington: Association of American Geographers, 1974).
- BUTTIMER, A. "Grasping the Dynamism of Life-World," *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 66 (1976), 277-292.
- CHAPPELI, J. E., Jr. "Comment in Reply," *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 66 (1976), 169-173.
- CHISHOLM, M. *Human Geography: Evolution or Revolution?* (Baltimore: Penuin Books, 1975).
- DEWEY, J. *How We Think* (Boston: Heath, 1910).
- DEWEY, J. *Reconstruction in Philosophy* (New York: Holt, 1920).
- ENTRIKIN, J. N. "Contemporary Humanism in Geography," *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 66 (1976), 615-632.
- FRANCAVIGLIA, R. V. "Phenomenology, Experience, and Geographic Tradition," *The Geographical Survey*, vol. 1 (1972), 1-9.
- FRAZIER, J. W. "On the Emergence of an Applied Geography," *Proceedings of the Middle States Division of the AAG*, 1977).
- HARVEY, D. *Explanation in Geography* (New York: St Martin's, 1969).
- HARVEY, D. "Revolutionary and Counter Revolutionary Theory in Geography and the Problem of Ghetto Formation," in 4. Rose (ed.), *Perspectives in Geography*, vol. 2 (DeKalb: Northern Illinois University Press, 1972), 3-25.
- HARVEY, D. *Social Justice and the City* (Baltimore: Johns Hopkins Press, 1973).
- HARVEY, D. "Population, Resources, and the Ideology of Science," *Economic Geography*, vol. 50 (1974), 256-277.
- HEIGES, H. E. "Academics and Practical Geographic Training," *The Geographical Survey*, vol. 5 (1976), 3-6.
- HOCKING, W. E. *Types of Philosophy* (New York: Scribner's, 1959).

- HURST, M. E. E. "Establishment Geography: Or How to be Irrelevant in Three Easy Lessons," *Antipode*, vol. 5 (1973), 40-59.
- KING, L. J. "*The Analysis of Spatial Form. Some Theoretical and Applied Shortcomings*," unpublished paper presented to NSP Seminar on Spatial Form and Process, Ann Arbor, 1970.
- MAYER, H. M. "Geography and Urban Planning: Theory and Application," *Economic Geography*, vol. 42 (1966), 282.
- MORRILL, R. L. "Geography and the Transformation of Society," *Antipode*, vol. 1 (1969), 6-9 and vol. 2 (1970), 4-10.
- MORRILL, R. L. "Geographic Scale and the Public Interest," *The Geographical Survey*, vol. 6 (1977), 3-9.
- NOVACK, G. *Pragmatism Versus Marxism* (New York: Pathfinder Press, 1975).
- PEET, J. R. "New Left Geography," *Antipode*, vol. 1 (1969), 3-4.
- PLATT, R. S. "Determinism in Geography," *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 38 (1948), 126-132.
- RELPH, E. "An Inquiry into the Relations Between Phenomenology and Geography," *The Canadian Geographer*, vol. 14 (1970), 193-201.
- RUCKER, D. *The Chicago Pragmatist* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1969).
- TAAFFE, E. J. "The Spatial View in Context," *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 64 (1974), 1-16.
- TUAN, Y. F. "Geography Phenomenology, and the Study of Human Nature," *The Canadian Geographer*, vol. 15 (1971), 181-192.
- TUAN, Y. F. "Humanistic Geography," *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 66 (1976), 266-276.
- WHITE, G. F. "Geography and Public Policy," *The Professional Geographer*, vol. 24 (1972) 101-104.
- WHITE, M. (ed.) *The Age of Analysis* (New York, Mentor, 1955).
- ZELINSKY, W. "Beyond the Exponentials: The Role of Geography in the Great Transition," *Economic Geography*, vol. 46 (1970), 498-535.